

“Nós escolhemos a liberdade!” - democracia e responsabilidade moral em *Complô contra a América*, de Phillip Roth

Lilian Reichert Coelho^a

Resumo

O romance *Complô contra a América* (2004), do escritor norte-americano contemporâneo Philip Roth, foi aqui estudado a partir das relações entre os ideais democráticos estabelecidos pelo discurso oficial para a nação e a incidência dos valores fundamentais de igualdade e liberdade individual numa família de origem judaica pobre de Newark no início dos anos 1940, num período de instabilidade imaginado pelo romancista pela construção de um “cronotopocontrafactual” (cf. ANDRADE; SANTOS, 2013) ao questionar o que teria sido dos judeus se Roosevelt não tivesse sido eleito pela terceira vez em 1940. A hipótese de trabalho orientou-se pela discussão apresentada por Jacques Rancière, segundo a qual o termo democracia tem sido deturpado pelos mais variados matizes ideológicos, o que a narrativa de Roth confirma. Também procurou-se reconhecer a contribuição de Roland Barthes para a discussão entre literatura e política, dentre outros autores. O tema da responsabilidade moral foi abordado a fim de captar os traços dos personagens principais face às transformações operadas nas circunstâncias terríveis apresentadas na ficção em estreito vínculo com o projeto ético e estético do escritor.

Palavras-chave: Literatura Norte-Americana Contemporânea; Política; História.

Recebido em: 29/12/2017

Aceito em: 15/05/2018

^a Professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências do Campus Paulo Freire da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); E-mail: lilireichert@gmail.com.

“[...] nossa democracia é ameaçada sempre que a consideramos segura.” (BARACK OBAMA, 2017)

Em tempos de guinadas à direita por todo o mundo, o que significam conservadorismos de toda ordem e os mais desavergonhados esforços para a manutenção do poder por pequenos grupos, com diminuição radical dos direitos sociais e até civis conquistados com luta, quais as relações possíveis entre literatura e democracia? O que está contido neste par se considerado o vínculo proposto pela conjunção “e”? De modo mais preciso, seria necessário discutir o que se entende por literatura e por democracia, o que não farei aqui. Esta última tem sido utilizada como sinônimo de justiça, de bem comum, de igualdade, num espectro que lhe garante mais esvaziamento de sentido do que densidade, o que facilita a apropriação por grupos de interesses os mais diversos, antagônicos até. Quase todos dizem lutar pela democracia, mas muitas vezes a traem ao sustentar, no discurso, ideais falsamente democráticos. Na prática, pouco se expõe e se debate na esfera pública sobre significados e valores que subjazem à palavra-coringa. Ao me referir a “todos”, pretendo abarcar todo o espectro ideológico que, apesar de um certo anacronismo, vai dos polos tradicionalmente conhecidos por direita e esquerda que, nas palavras de Roland Barthes (escritas em 1958, num contexto muito específico que adaptamos aqui):

Sabe-se há muito que direita e esquerda são noções confusas. Ambas podem ser levadas, por razões táticas, a trocar de posições. (...) Resta o critério ideológico: é preciso entender por ideologia uma representação geral do mundo, cujas determinações políticas (no sentido mais lato do termo) em geral são inconscientes. A ideologia de direita define-se por certo número de crenças cujo conjunto forma uma sensibilidade: rejeição à História, crença numa natureza humana imutável, reconhecimento mais ou menos explícito da força como valor, antiintelectualismo etc. (BARTHES, 2005, p. 62-63).

A discussão sobre os usos e aviltamentos do termo democracia e as implicações ideológicas foi tratada de maneira arguta pelo filósofo franco-argelino Jacques Rancière no livro *O ódio à democracia* (lançado na França em 2005, publicado no Brasil em 2014). O autor denuncia como o discurso mais antidemocrático, muitas vezes, ao longo da história ocidental,

impõe-se, na superfície da retórica político-partidária, como paladino da democracia que detrata e faz definhir. Muitas experiências totalitárias manifestadas no século XX se autodenominaram “democracias populares”. O incômodo primordial de Rancière deriva, principalmente, da constatação de que o exato oposto da democracia, a saber, a democracia representativa, interpretada pelo filósofo como pleonasma (GAVIÃO, 2015, p. 499), substitui o cerne desse modelo político e de sociedade, que seria o “governo de qualquer um” pelo “governo da maioria”, quantitativo que serve apenas para eleger uma minoria cuja vontade de poder dirige-se ao comando, quando não ao subjugo, de todos. Na visão de Rancière, da pressuposição fundamental da igualdade entre todos numa sociedade se estabelecem as hierarquias menos democráticas, o que deturpa a democracia.

Desse modo, o mesmo Estado e representantes que preconizam as maiores liberdades escravizam seus cidadãos, pela violência física, simbólica ou ambas. Talvez por isso Agamben (2004) tenha entrevisto nas democracias modernas estados permanentes de exceção, a despeito dos discursos que pregam a igualdade, a equidade, a liberdade. Não à-toa uma filósofa política norte-americana tão proeminente como Judith Butler tem se preocupado tanto com a violência institucionalizada, como se nota em seu livro *Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?* (2015). Em leitura perspicaz do cenário contemporâneo, Rancière (2007, p. 90) identifica “[...] uma nova forma de raiva de direita que reformula a denúncia do mercado, dos média e do espetáculo como crítica ao indivíduo democrático.” Essa crítica, de maneira paradoxal, na visão do filósofo, espalha-se por todos os lados justamente entre intelectuais que vivem em ambientes democráticos e, ainda assim, querem entender a democracia como “[...] uma nova doença a ameaçar o futuro da civilização”.

Uma das ideias nefastas que se construiu ao longo do século XX com arroubo e que favorece a falta de percepção das ambiguidades (para dizer o mínimo) que circundam o termo democracia e ajudam a detratar suas experiências concretas, com acento nas expressões (neo)liberais, pode ser sintetizada pela famosa frase proferida por Margareth Thatcher, tornada bordão da direita: “não há alternativa”. A formulação, aparentemente simples, banal, foi contemplada até com um

acrônimo: TINA, “*ThereIs No Alternative*” (cf. MÉSZÁROS, 2011, p. 40). Nem ao capitalismo, nem ao modelo democrático forjado pelo liberalismo, ou, mais contemporaneamente ainda, ao neoliberalismo. Se compreendida desse modo, a própria democracia contraditoriamente deve ser imposta como única solução, e o entendimento do que deve ser é moldado, em grande medida, pelos interesses do capital financeiro.

Durante todo o século XX, nos mais diferentes contextos, escritores de posicionamentos políticos e ideológicos variados tentaram plasmar certa correspondência entre literatura e democracia, ajustando o foco no desvelamento de situações de opressão explícita, de violências impingidas contra indivíduos e grupos sociais por outros coletivos e por governos, legítimos ou não. A crítica às ditaduras, aos fascismos de diferentes matizes, à opressão, via de regra assume contornos de denúncia na produção literária do século XX, notadamente no pós-II Guerra Mundial. A rigor, na produção cultural e artística de modo geral. E, inevitavelmente, irromperam questionamentos sobre a função social do sujeito escritor, e seu posicionamento político e ideológico se acentuaram, ora com mais força, ora com menos. Um sem número de querelas se orientaram a partir disso, abrangendo o espectro entre os dois polos antinômicos instaurados, a saber: o de uma literatura sem rótulos e o de uma literatura a serviço da política (cf. BARTHES, 2005).

Observa-se que, em momentos de arrefecimento da democracia em função da escalada conservadora, o que se superlativizou com a queda do Muro de Berlim, em 1989, alguns escritores e artistas se imbuem do papel da crítica social como “homens de esquerda” ou com “obras à esquerda” (cf. BARTHES, 2005, p. 26-39), denunciando os discursos dominantes ou os valores e práticas coercitivas que se impõem com rigidez aos mais fracos. O que não é novidade alguma. Muitas vezes, e de modo insensato, uma aparente crítica é falsamente apresentada em nome da democracia, num fingimento prenhe de sofismas enganadores e persuasivos, ainda mais se corroborados pelos discursos truncados da mídia comercial hegemônica, muito pouco democrática.

Nas últimas décadas, acredito que pela força teórica dos movimentos multiculturalistas e devido ao alcance dos Estudos Culturais, e mesmo por conquistas sociais derivadas de militâncias legítimas, tem se acentuado a exigência para

que os escritores exponham sua posição política, que assumam um lado, preferencialmente com as credenciais do “lugar de fala”, o que em muito explica o sucesso do “giro autobiográfico” (cf. GIORDANO, 2008). O apelo a informações biográficas e à memória pessoal e coletiva assoma como tônica irrevogável da produção literária contemporânea, associado à interpretação das incidências psicossociais, culturais, econômicas nas vidas humanas, a exemplo do fenômeno multifocal da globalização, o que incide no tratamento da temática da identidade e da afirmação da luta por reconhecimento (cf. HONETH, 2003), em especial por parte de representantes de grupos historicamente marginalizados.

Na literatura estadunidense, a afirmação da identidade americana, dos valores basilares que garantem a supremacia do modelo democrático centrado nas liberdades individuais, está fortemente ancorada nos documentos oficiais elaborados pelos “pais da pátria” e em mitos fundadores resistentes no tempo. E tem inegável volume e tradição na literatura. Assim, o que é e como é ser americano nos Estados Unidos constitui a pergunta fundamental (cf. SANTOS, 2017) que atravessa muito da produção literária estadunidense desde o século XIX. Por matizes diferentes, mesmo a leitura mais crítica da sociedade americana, vista de dentro, em geral reproduz e defende a liberdade individual e a igualdade entre os cidadãos. Santos (2017, p. 170-171) lembra que: “Apenas para se ser ter um exemplo, o primeiro dos grandes intérpretes dos Estados Unidos, o francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), ao avaliar a construção desta nação, aponta que ela possui como valor de destaque, sem sombra de dúvidas, a ‘igualdade de condições.’”

Em que pese tal constatação, Bobbio ressalta que Tocqueville, assim como Stuart Mill, assinalou com veemência os perigos da democracia fundada num valor como a igualdade (política e social), pois sua consequência histórica seria resvalar na tirania da maioria, entendida como negação da liberdade. Logo, subentende-se que os valores da liberdade individual (“independência da pessoa na sua esfera moral e sentimental”) e da igualdade entre todos de algum modo se anulariam mutuamente. Ante essa possibilidade, ainda na fina leitura de Bobbio, Tocquevilleante põe a liberdade individual a qualquer outro ideal pretensamente democrático caracterizando-se, portanto, como um pensador liberal (BOBBIO, 2000, p. 57-59).

Os valores que sustentam a cultura e a identidade estadunidenses são organizados e legitimados não apenas por uma filosofia política, mas também por elementos religiosos cristãos ancorados num messianismo muito próprio que emerge do discurso oficial de fundação dos Estados Unidos da América. Conforme aponta Dorneles (2007, p. 2): “Esse messianismo coloca as guerras americanas como parte de um vasto conflito entre o bem e o mal, entre liberdade e absolutismo, entre democracia e barbárie.” O pesquisador avança ainda mais profundamente na leitura proposta, ao enfatizar que [...] o messianismo americano parece assumir contornos de uma ideologia, no sentido de que cimenta o tecido social e dá sentido e coesão; de uma identidade, que dá um modo de ser ao americano; de uma utopia, que mantém um ideal e um sonho de restauração da condição humana; e de um sistema da cultura, que articula e gera uma infinidade de textos encadeados. (DORNELES, 2007, p. 3)

Os pais peregrinos protestantes e os políticos eminentes fundadores da nação construíram um discurso segundo o qual a América seria a concretização do Éden na Terra, o Novo Mundo, onde a criação de uma nova humanidade, mais justa e igualitária, seria não apenas possível, mas realizável. E esse mito cristão ideologizado, muito afinado a certas crenças judaicas no que diz respeito à eleição de um povo para a salvação da humanidade, grosso modo, encampa a tradição que repete, *ad infinitum*, por republicanos e democratas, sobretudo em tempos de guerra, a vocação dos Estados Unidos como modelo a ser imitado e, portanto, serve para justificar violências contra todos os que parecerem pouco afeitos à submissão e ao abandono de seus próprios valores caso não estejam de acordo com o ideário messiânico imposto. Mas, de dentro mesmo do sistema norte-americano, emergem vozes críticas e moralmente responsáveis a denunciar esse traço nefasto que, na retórica dos discursos inflamados, parece tão sedutor e incontestável.

O tema da liberdade individual, tão caro à política e à compreensão de democracia estadunidense, é recorrente na prosa romanesca do século XX e do início do XXI. Alguns problemas permanecem instáveis, outros são redimensionados a partir do evento de 11 de setembro de 2001, nomeado pelos veículos midiáticos como “ataque terrorista” às Torres Gêmeas. Ninguém pôde se esquivar do terrível episódio. Alguns escritores, vale registrar, leram de maneira coerente a história dos Estados Unidos e de seus mitos e também o

tempo presente, tendo antecipado, de algum modo, a catástrofe. Um deles foi Paul Auster que, no romance *Leviatã*, de 1992, imaginou a derrocada do homem comum/escritor (Benjamin Sachs), transformado por uma série de incidentes (incluindo um histórico de azares biográficos relacionados à Estátua da Liberdade) em um terrorista doméstico, autodenominado “Fantasma da Liberdade”, levado a tal extremo por excesso de responsabilidade moral e pelo modo autoritário como o Estado o havia tratado no passado, a partir da deserção após ter sido compulsoriamente convocado para lutar na Guerra do Vietnã, da qual discordava. A esfera histórica a marcar o declínio do personagem é a era Reagan (1981-1989) e o governo do primeiro Bush (1989-1993), ambos presidentes republicanos.

Uma digressão necessária, já que o objeto deste texto é o romance *Complô contra a América* (2004), do escritor estadunidense de origem judaica Philip Roth que, ao contrário de Auster, constrói uma relação explícita e profunda entre Literatura e História: os laços que as unem sobrevivem como aporia desde Aristóteles; nas palavras de Roland Barthes, como “duplo malogro”. Em 1959, Barthes (2004, p. 41), constantemente acusado de a-histórico por sua ligação com o Estruturalismo, perguntava: “De fato, o que é uma obra artística senão ao mesmo tempo produto de uma História e resistência a essa História? Aí está a sua natureza dialética, e a própria grandeza da literatura é sua ambiguidade: ela vem do tempo e a ele se opõe [...]”. E a melhor Literatura, no contexto contemporâneo, que teima em lidar com a História de modo mais explícito e político é, a meu ver, a que estabelece com o passado uma relação tal que se abstém ao presenteísmo.

Para dar corpo à discussão aqui encetada, conforme acenado, tomo como objeto o romance *Complô contra a América* (2004). Assim como Auster, mas cada um a seu modo, acredito que Roth também foi capaz de lograr êxito no exercício de interpretar o presente (primeira década do século XXI) a partir do passado (década de 1940), antecipando o futuro (2017). Em 2004, ao imaginar que o aviador Charles Lindbergh tivesse derrotado Franklin Roosevelt nas eleições presidenciais de 1940, alçando um antisemita, racista, ao poder da maior nação democrática do mundo, talvez tenha de algum modo prenunciado, pelo exemplo de Silvio Berlusconi, na Itália, a ascensão ao poder do empresário-celebridade Donald Trump

(cf. GALUPO, 2017). Ao abordar a relação entre História e Literatura nos Estados Unidos, Sinay (2017, p. 90) explica que

A história do judaísmo americano, e conseqüentemente de sua literatura, é a da tensão entre novo e velho mundo. (...) Muitos autores filhos de imigrantes buscaram romper com a tradição judaica que carregavam, uma vez que já não estavam amarrados a ela e poderiam, de acordo com o mito americano, reinventar-se. (...) Contudo, a possibilidade dessa reinvenção acabou por mostrar-se limitada: no período durante a Segunda Guerra Mundial, a pressão pela assimilação e americanização dos judeus era crescente, ao mesmo tempo que o Nazismo colocava questões importantes a respeito de passado e identidade (HESCHEL, 2003, p. 31). O massacre do judaísmo europeu, forçou (ainda que em alguns casos apenas tardiamente) uma consciência histórica aos judeus americanos, reforçando seus laços étnicos e culturais (WALD, 2003, p. 56).

A rigor, evidentemente, a literatura não tem por dever adivinhar e anunciar o futuro, mas também é estranho tratar como meras coincidências os fatos históricos às avessas tal como proposto por Roth. O apelo do *what if?* (e se?) tem viço por não ser uma distopia qualquer, mas um respingo do que estava em processo na Europa naquele exato momento. Roth pergunta-se: e se o mesmo tivesse ocorrido aqui, conosco? Conforme Todorov (1995, p. 155), ao tratar da questão do mal impetrado pelo nazismo: “Não é possível voltar o curso da história e fazer hoje o que deveria ter sido feito no passado; mas podemos ao menos restabelecer a verdade do já acontecido, mantendo-a presente na memória coletiva.” Por isso aprecio tanto o romance aqui em leitura, pois não se trata de denunciar o fato histórico ou rememorar-lo, mas de deturpá-lo pela imaginação, num esforço ficcional para vislumbrar uma possibilidade terrível onde esse mesmo mal não ganhou terreno.

Nesse sentido, concordo com Andrade e Santos (2013), ao afirmarem que, nesse livro, Roth trabalha para “desdizer um passado” e não afirmá-lo pela versão das minorias ou dos perdedores, como é muito comum no que se convencionou chamar, na vertente dos Estudos Literários defensora do “pós-modernismo”, de “metaficção historiográfica” (cf. HUTCHEON, 1991). As autoras mencionadas entendem o romance de Roth como “cronotopo contrafactual” (ANDRADE; SANTOS, 2013, p. 182-183), expressão que me parece pertinente e apropriada,

por respeitar o trato do ficcional construído pelo escritor, “(...) num espaço-tempo imaginado”; portanto, despido da vontade de reconstrução de uma verdade histórica que muito marca o romance histórico tradicional e também as metaficções historiográficas, além de muitas experiências de cunho memorialístico, cada um a seu modo e com diferentes propósitos e procedimentos.

Em razão de tudo isso é que considero adequada e justa a sugestão de Roland Barthes (2005, p. 30) ao substituir o termo “literatura enganada” por “literatura responsável”. Barthes propôs tal mudança ao se referir, no final da década de 1950, a uma literatura de esquerda num contexto francês muito específico. Mas, acredito na possibilidade de adaptar o pensamento ao livro de Roth, aqui sob leitura, e mesmo a outros escritores estadunidenses contemporâneos, sobretudo se for lançada luz à produção pós-11 de setembro de 2001, e mesmo a algumas produções anteriores, como o já mencionado *Leviatã*, de Paul Auster, não por acaso outro escritor de linhagem judaica.

Da escrita de Roth, o que sobressai é a conjugação entre fatos históricos, informações autobiográficas e imaginação. Ao mesmo tempo, é e não é uma literatura militante. Às vezes, um pouco didática demais no que diz respeito aos fatos históricos intencionalmente fraudados. De qualquer sorte, Roth não prescinde da imaginação ao tratar fatos e personagens históricos e não utiliza sua autobiografia para fazer concessões aos judeus ou para sustentar um “lugar de fala”. Não há espaço também para a exibição narcísica. Ao contrário, o que se tem é uma (auto)interpelação ética, no sentido de um esforço direcionado ao outro, para o grupo (judeus americanos) ameaçado, ao qual também pertence. Por isso entendo o romance *Complô contra a América* como exemplo de escrita vinculada à responsabilidade moral do escritor, ao evidenciar a histórica tensão entre a identidade americana e a judaica, sendo um dos polos – a origem cultural, étnica e religiosa judaica – reiteradamente desprezado como “alteridade indesejável” (SINAY, 2017, p. 91) pelos representantes da democracia à direita, pois, de acordo com Roland Barthes (2005, p. 63-64):

Naturalmente, há uma afinidade pertinente entre o postulado implícito do racismo (recusa de reconhecer o outro) e o imobilismo ideológico da direita, seu egocentrismo, sua rejeição violenta a todas as condutas de alteridade, seu prazer

em cultivar a identidade, em só se sentir bem diante de si mesma, em considerar o outro como contingente estranho.

Por isso, também se deve respeitar a engenhosidade de Roth nesse romance, inegavelmente, pelo cuidado amoroso em relação ao coletivo com o qual os personagens (núcleo familiar dos Roth) sequer se reconhecem inteiramente e por assumir um ponto de vista político em defesa da mesma democracia que não se transformou, pela História, em fascismo. Assim explica o narrador:

Para mim, era o trabalho, muito mais do que a religião, que identificava e distinguia nossos vizinhos. Ninguém no bairro usava barba nem vestia aqueles trajes europeus antiquados, tampouco andava de quipá na rua e nas casas em que eu entrava e saía todos os dias com meus amigos de infância. Os adultos minimamente religiosos já não observavam os costumes judaicos de maneira ostensiva, identificável, fora um ou outro homem mais velho, como o alfaiate e o açougueiro *kosher* – e os avós doentes ou decrépitos que eram obrigados a morar com os filhos adultos –, quase ninguém ali falava com sotaque. (ROTH, 2015, p. 12). [grifo do autor]

O reconhecimento pelo trabalho confirma a força da tradição estadunidense liberal. Para o narrador, uma criança americana comum, é penoso compreender a crescente paranoia dos pais em relação aos “programas” governamentais dirigidos aos judeus e também a gradativa perseguição a esse grupo que sucede à ascensão de Lindbergh ao posto de presidente dos Estados Unidos. Afinal, “havia mais de dez anos que Lindbergh era um herói tão adorado em nosso bairro quanto em qualquer outro lugar.” (ROTH, 2015, p. 13). Mas, conforme as ações progridem e a hostilidade se torna mais ostensiva, culminando na morte de pessoas próximas e de um radialista famoso que denunciava as tendências fascistas do presidente, o narrador finalmente tem condições de compreender o perigo e a maldade que assombram os judeus americanos, sua família e vizinhos. “(...) já estava bem claro que, por incrível que parecesse, havíamos sido dominados por forças inimigas e estávamos prestes a fugir do país e virar estrangeiros. (...) Nossa incomparável infância nos Estados Unidos havia terminado. Em breve minha pátria se transformaria apenas em meu país de origem.” (ROTH, 2015, p. 337).

O enredo de *Complô contra a América* se desenvolve numa narrativa progressiva linear, abrangendo o período entre junho de 1940 e outubro de 1942, a contar o processo de degradação de uma família a partir de uma catástrofe nacional, histórica, ainda que às avessas em relação aos fatos “realmente” ocorridos com os quais dialoga. Conforme instila Barthes (2004, p.119), “A catástrofe tem algo de orgânico no romance (...)”. A narrativa inicia nos momentos que antecedem as eleições presidenciais dos Estados Unidos, quando a família Roth, moradora de Weequahic, um bairro pobre de Newark, New Jersey, vive com tranquilidade seu cotidiano como americanos numa comunidade formada por outras famílias de origem judaica. Conforme o narrador, um menino de sete anos chamado Philip Roth, “Éramos uma família feliz em 1940.” (ROTH, 2015, p. 12).

É justamente esse o fio do romance: as conexões entre o microcosmo constituído por uma família americana judia pobre e as questões públicas, notadamente políticas. Como escritor contemporâneo, Roth olha o passado de modo a notar, com uma ironia que lhe é peculiar, as contradições entre o íntimo e o social, entre o cotidiano de pessoas comuns e as ações dos proeminentes personagens históricos. E, conforme assinalam Andrade e Santos (2013, p. 183):

A magia do texto incorre desta incoerência: a escala pequena da vida comum dos judeus americanos na década de quarenta sob a escala maior de acontecimentos políticos impensáveis dentro da História convencional. Este conjunto gera um novo universo de possibilidades para pensar esse momento tão complexo do século XX [décadas de 1930-1940], ampliando visões, reflexões e experiências a partir de um horizonte de expectativa possível.

De modo mais incisivo, em *Complô contra a América*, o que se projeta com mais força são os valores e as condutas dos personagens no que diz respeito à tensão permanente e insolúvel “(...) entre o fardo de ser membro de uma comunidade da qual se não pediu para fazer parte e o desejo de ter o status de indivíduo pleno. (SANTOS, 2017, p. 163). Aqui, a integridade do indivíduo significa ter a identidade americana reconhecida apesar da origem judaica e além ou acima dela. Ao se assimilar, as raízes negativas desse povo se tornariam menos evidentes ou desimportantes aos olhos da maioria cristã “verdadeiramente” americana, como o narrador nota que ocorrera com os judeus

ricos e eminentes, ainda que esses se corrompam, aliando-se a Lindbergh, como o rabino Lionel Bengelsdorf, não muito apreciado pela família Roth, que passa a odiá-lo ao se casar com “tia” Evelyn, irmã de Bess, mãe do narrador. A antipatia transforma-se em fissura na família, com a expulsão de Evelyn do convívio com os familiares, quando a moça acompanha o rabino, então seu noivo, num jantar promovido por Lindbergh em homenagem a um dos assessores de Hitler.

Diversos escritores estadunidenses de origem judaica reafirmam a ambiguidade da assimilação; em Roth, especialmente neste romance, a contrafactualidade histórica mencionada funciona como exposição sem subterfúgios do problema cultural jamais resolvido e que precisa ser mantido insuspeito por desafiar alguns mitos fundadores da tradição democrática do país, principalmente, como já apontado, o da igualdade de todos e também o da liberdade individual. Sobre isso, Sinay (2017, p. 90) avalia:

É comum pensarmos nos Estados Unidos como um país livre de antissemitismo. Os primeiros imigrantes o viam como uma “terra prometida” onde poderiam se livrar dos sofrimentos da Europa e até mesmo, se quisessem, de sua identidade judaica (HESCHEL, 2003, p. 31). Até os anos 30, o país era visto como o Melting Pot, o caldeirão onde todas as culturas imigrantes seriam derretidas e fundidas em algo novo, algo americano. No entanto, a partir dos anos 40 essa ideologia se desfaz e uma tensão entre o nacionalismo americano e as identidades étnicas se instala. Essa tensão perdurará por um bom tempo, penetrando os movimentos de direitos civis dos anos 60 e permanecendo até hoje como um tema da literatura judaica americana.

Nota-se que ao rigor histórico e à angústia identitária alia-se sobremaneira a questão espacial. Em *Complô contra a América*, não se trata apenas de uma invenção decalcada do que de fato ocorreu alhures no mesmo período, até porque a distopia criada por Roth é impensável no contexto americano. Qualquer espécie de duplicação do que ocorria na Europa nos anos 1930 e 1940 seria impossível, se considerado o isolacionismo de que os Estados Unidos foram acusados com insistência por críticos de todos os matizes por uma série de razões. Em 17 de setembro de 1944, George Orwell escreveu, como prognóstico, na resenha de um livro, *The American Problem*, de D.W. Brogan, que o autor está errado ao afirmar que

“[...] tudo se resolveria caso os norte-americanos se tornassem menos apegados aos problemas internos e mais conscientes de que o mundo exterior existe e é perigoso.” Para o escritor inglês, não havia dúvida de que, finda a guerra, os Estados Unidos seriam a nova potência imperialista, “[...] a dúvida é se será uma política esclarecida e generosa”, em razão da “guinada a favor do Partido Republicano, que parece estar em andamento ao longo dos dois últimos anos.” (ORWELL, 2006, p. 181-182).

Isto considerado, parece-me que o romance de Roth tem como trunfo o acionamento de uma lógica afim à do *Unheimlich* freudiano adaptado como programa crítico por Brecht (cf. RANCIÈRE, 2007), fundado na tarefa de tornar o familiar, estranho, e nada mais extemporâneo do que o fascismo nos Estados Unidos dos anos 1930. No livro de Roth, Lindbergh consegue vencer o democrata Roosevelt nas eleições presidenciais de 1940 justamente por enfatizar o isolacionismo, o apego exclusivo aos problemas internos, posicionando-se ferrenhamente contrário à entrada dos Estados Unidos na II Guerra. “Se Lindbergh prometia que não haveria guerra, então não haveria guerra – para a grande maioria, a questão se resumia a isso.” (ROTH, 2015, p. 67). E o narrador continua:

Após a assinatura dos Acordos, por toda parte americanos declaravam: não à guerra! Nunca mais, jovens lutando e morrendo! Lindbergh sabe lidar com Hitler, diziam; Hitler o respeita porque é Lindbergh. Mussolini e Hirohito o respeitam porque ele é Lindbergh. As únicas pessoas contra ele, diziam, são os judeus. E isso certamente era verdade nos Estados Unidos. Aos judeus, nada restava senão preocupar-se. (ROTH, 2015, p. 69)

Além do isolacionismo americano, explicado como forma de manter o liame da nação que ascendia mundialmente, o narrador ressalta um aspecto importante dos mitos fundadores, associado aos preceitos calvinistas dos *pilgrims* e ao capitalismo: o culto à personalidade do indivíduo que se destaca por feitos corajosos; no caso de Charles A. Lindbergh, herói para todos, incluindo Philip e seu irmão, Sandy. No entanto, conforme o narrador, ele logo compreende o que significa a indicação do aviador-celebridade pelo Partido Republicano como candidato à presidência, ao passo que o irmão mais velho, exímio desenhista, continua a produzir e a guardar secretamente ilustrações de Lindbergh, o que

culmina com sua participação num dos programas promovidos pelo governo para a juventude. O *Gente como a Gente* foi uma das ações propostas pela Agência de Absorção Americana (AAA), destinada a incitar a presença de jovens judeus na vida americana autêntica, que seria a dos rincões do país.

É assim que Sandy Roth parte para o Kentucky e passa o verão trabalhando como agricultor na fazenda dos Mawhinney e volta orgulhoso por ter reconhecido que são todos iguais e que, na certa, o relativo isolamento dos judeus é culpa deles mesmos, pois os americanos verdadeiros estão de braços abertos para receber quem quiser a eles se agregar, sobretudo no trabalho braçal pesado, que deixa os músculos aparentes e a pele bronzeada. No retorno, o jovem Sandy passa boa parte do período abrangido pela narrativa em confronto com os pais, que não aprovam seu modo de pensar, pois percebem o estratagema do governo que, ao contrário dos fascistas europeus, preferem destruir a identidade judaica pela assimilação, pelo aniquilamento da cultura, ao invés da extinção física (cf. SINAY, 2017).

Mais tarde, com a intensificação das ações do governo contra os judeus e com a chegada da adolescência, Sandy inexplicavelmente deixa sua paixão pelo presidente e pelos ideais americanos encarnados pela AAA para tornar-se o *don juan* do bairro, o que os pais também desaprovam. De qualquer sorte, a assimilação está garantida, pois o comportamento de Sandy prenuncia certo modo de vida juvenil que se acentua nos anos 1950 e é rapidamente absorvido e homogeneizado pela indústria cultural.

O mais instigante a respeito do que sucede a Sandy Roth é a participação de “tia Evelyn”, irmã da mãe dos garotos, no sucesso da aventura interiorana. Ao contrário de Bess, que permanece sempre firme em sua consciência identitária, por assim dizer, Evelyn é frívola, “vistosa” e oportunista e não mede esforços para alcançar privilégios individuais. Tanto é assim que se torna partidária de Lindbergh, funcionária da AAA, ao lado de seu futuro marido, o rabino Bengelsdorf. É isso o que o narrador usa para criticar a participação de judeus ricos e oportunistas na perseguição aos membros da comunidade até o mal os atingir também, o que causa o desequilíbrio emocional de Evelyn no final da narrativa. Mas, ao invés de “mudar de lado”, a tia admirada pelos garotos Roth inventa

para si mesma e para a família uma história mirabolante que explicaria o horror praticado por Lindbergh. O excesso de liberdade individual dissociado dos laços comunitários tradicionais de um povo conduzem à degenerescência moral dos personagens judeus que ajudam os fascistas a promover seu programa. De qualquer modo, ainda que parcialmente esfacelada, a família permanece como *locus* da união e afeto após a catástrofe.

Herman e Bess, pais do narrador, são personagens que se mantêm firmemente fiéis ao presidente Roosevelt e ao que ele representa para os cidadãos americanos. Na leitura do escritor americano de origem judaica, Saul Bellow (1995, p. 42): “A influência de Roosevelt foi especialmente gratificante para os estrangeiros. Milhões deles desejavam apaixonadamente ser *incluídos*, considerados americanos autênticos.” [grifo do autor]. Ao mesmo tempo, se mantêm ajustados à origem judaica e, principalmente, aos valores fundamentais da sociedade americana. Sua resistência e heroísmo culminam no resgate do garoto Seldon Wishnow, vizinho enviado compulsoriamente com a mãe para o Kentucky na assimilação forçada. Lá, com a intensificação da brutalidade instigada pelo governo, a senhora Wishnow é assassinada pelos brancos cristãos, e Herman e Sandy saem numa aventura perigosa pelas estradas estaduais para levá-lo de volta por uma paisagem desolada, marcada pelo terror causado pela visão das indústrias pesadas, seus fornos, fumaças e instrumentos dilacerantes. E daí não passam as alusões ao que sucedia na Europa aos judeus, em benefício da verossimilhança.

Entendo que a Literatura que insiste em permanecer ficção, mesmo com as inflexões da realidade histórica, parece mais profícua do que a que se filia de modo excessivo ao referencial, ao histórico no sentido documental ou ao autobiográfico, se proposto como mera confirmação do *status* de “realidade” atribuído às ações e personagens de uma narrativa. Afinal, a questão de Roth, como escritor contemporâneo, não diz respeito aos fatos verificáveis, mas à comprovação de que, sob a verdade, sempre se escondem mentiras ou ambiguidades. Disso deriva uma pergunta relevante, mas difícil de interpor no contexto atual: qual o lugar da ficção num momento como o contemporâneo, em que o histórico, o autobiográfico, estão fortemente submetidos ao político no sentido mais restrito

da militância impregnada de “real” e comprometida com os fatos? Quais os sentidos embutidos na relação complexa entre democracia política e literária? Um caminho para a problematização dessa pergunta é dado por Rancière na releitura que propõe do realismo no romance moderno:

Os críticos do século XIX viam uma relação direta entre a democracia vista como a “igualdade de condições” de Tocqueville e a “proliferação realista de detalhes supérfluos”. Mas a ligação entre democracia política e democracia literária é muito mais complicada. E é essa complexidade que está refletida nas tensões da ficção. A tensão entre “ação” e “descrição” não somente opõe a literatura moderna e as regras da velha poética, ela também reside no coração da ficção literária moderna. A questão do “excesso descritivo” indica essa tensão interna. (RANCIÈRE, 2010, p. 81)

Tais tensões são entendidas como “quebra estética” que “também separa democracia estética, e marcadamente democracia literária, da democracia política.” (RANCIÈRE, 2010, p. 86). Para o autor, não haveria um modo próprio – a invocar, por consequência, modos impróprios – para temas ou personagens. O que existe na instituição Literatura, historicamente, é uma política que se sobrepõe e mesmo determina a estética, a impedir a democratização das formas em termos de afinidades com os conteúdos. No regime de representação defendido por Rancière, a partir do caso paradigmático realista que é Flaubert: “Não existe mais uma regra de conveniência entre tal tema e tal forma, mas uma disponibilidade geral de todos os temas para qualquer forma artística” (RANCIÈRE, 2012, p. 128). Portanto, nenhum tema, sujeito ou classe social seria irrepresentável. O que ocorre é a inadequação de temas e formas em razão da tirania das regras impostas pelos regimes de representação hegemônicos.

O que os detratores de Flaubert viam como defeito é, justamente, o que Rancière evoca como democrático no realismo: o rompimento das hierarquias tradicionais na prosa romanesca, a valorar diferentemente narração e descrição, personagens e temas superiores e inferiores, bem como distinguir os gêneros literários. “(...) daqui em diante [a partir do realismo], tudo está no mesmo plano, grandes e pequenos, acontecimentos importantes e episódios sem significação, homens e coisas. Tudo está nivelado, igualmente

representável.” (RANCIÈRE, 2012, p. 130). No romance de Roth em apreço, isso se destaca, pois as ações das lideranças políticas, religiosas e até marginais misturam-se às ações dos personagens mais comuns, colocando-as no mesmo patamar. Ouso dizer que, ao centrar o relato na família judia pobre de Newark, ao narrar e descrever seu cotidiano e seu modo de vida, sua compreensão do mundo, o escritor realiza a ruptura das hierarquias propostas pelo realismo em seu romance histórico torto, marcado pelo avessamento dos fatos.

Na esteira de John Dewey e sua proposta de experiência estética extensível ao cotidiano, consideradas as diferenças matriciais de posicionamento, Rancière propõe a recusa da separação entre um mundo dos fatos, próprio da arte, e um mundo dos fatos comuns. Grosso modo, o romance realista seria a expressão do “fracasso do modelo estratégico de ação” na narrativa. O lado dos vencedores, dos mais fortes e aristocráticos, sucumbe aos mais fracos, à descrição, às impressões subjetivas, ao historicamente rechaçado como pouco literário, “[...] simbolizando o insistente triunfo da vida, que aspira a nenhuma finalidade.” (RANCIÈRE, 2010, p. 87).

Em *Complô contra a América*, é o que ocorre: o triunfo da vida comum. O narrador é uma criança cujo nome é o mesmo do autor do romance, a rememorar a própria vida e da família, que a tudo vê pelo olhar dos membros da família e do locutor judeu de rádio, Walter Winchell; logo, os acontecimentos são turvados pelas diferenças de interpretação e de modos de ação que cada um apresenta e também pelo atravessamento das relações afetivas. Prepondera a visão que contrapõe um nós a um eles já em vigência na sociedade americana que os pais no narrador fingiam, de certa forma, ignorar. Contudo, o perigo real e iminente com a eleição de Lindbergh é prenunciado pelo narrador por meio de dois episódios. Um deles diz respeito à promoção do pai no trabalho como corretor de imóveis, o que exigiria que a família Roth se mudasse para o distrito vizinho de Union. No fim de semana, a família segue para conhecer o local e é hostilizada por membros da Associação Teuto-Americana, o que faz Herman, o pai, desistir da promoção pela segurança da família. Com isso, parece que o mal se desvanece, mas logo sucede outro episódio ainda mais conflituoso, que ameaça embora não comprometa a austeridade do casal Roth. Afinal, todos têm direito por se tratar de uma democracia.

Após a posse de Lindbergh na presidência, a família Roth viaja para Washington, a fim de conhecer a capital, onde sofre uma série de hostilidades da parte de não-judeus, a macular sua visita ao Monumento a Washington, culminando na expulsão de um hotel após terem se instalado e em uma cena de confusão marcada por antissemitismo numa lanchonete. Por duas vezes, nessa viagem, Herman é chamado de maneira belicosa de “judeu falastrão”, o que impressiona o narrador. A atmosfera geral de intimidação se estabelece desde o início na narrativa (a frase inicial do romance é “O medo domina estas lembranças, um medo perpétuo”), fomentando o medo e a paranoia entre os membros da família, o que o recurso ao narrador criança ajuda o leitor a compreender, ainda que incorra em um excesso de didatismo em diversas passagens da narrativa. Embora se note certa harmonia entre narração, descrição e diálogos, nestes últimos o romance de Roth é mais primoroso, por isso, talvez, não fosse necessário ter enxertado com tanto detalhamento explicações que podem muito bem ser inferidas dos diálogos.

O personagem que mais expressa o sucesso da empreitada de assimilação promovida em tão pouco tempo pelos fascistas é Alvin, sobrinho de Herman, filho de um irmão falecido, tão aguerrido contra os fascistas representados por Lindbergh que decide se alistar no Canadá para lutar contra Hitler ao lado dos britânicos. Da aventura, Alvin retorna mutilado, sem uma parte da perna. Sua raiva é incontornável e, com o passar do tempo, retira-se do convívio familiar para tornar-se um marginal bem sucedido. Pela radicalidade da mudança, de valores e condutas, Alvin e o tio Herman se desentendem, provocando uma das cenas mais terríveis para o narrador: uma luta corporal entre eles, na sala de jantar da família Roth, que culmina em muito sangue e móveis quebrados. Herman conseguiu aplacar o pânico e o desespero sob a retidão que o singulariza por muito tempo, mas ver o sobrinho totalmente assimilado e ainda criminoso o destrói. A derrocada moral é a vergonha máxima para Herman e Bess, muito mais do que o aniquilamento físico. Nesses termos, não há mais possibilidade de vínculo afetivo, nem com Alvin, nem com Evelyn, aqueles que traem os valores que Herman tanto preserva.

O desassossego de Bess e Herman se intensifica a tal ponto que passam a cogitar o exílio no Canadá, como fizeram

outras famílias judias, o que significa perder a guerra contra o fascismo. Mas, antes que isso aconteça, os assassinatos e motins causados pela violência instaurada pelo governo Lindbergh têm fim e a democracia rooseveltiana é restaurada. O período angustiante deixa marcas profundas em todos os personagens, inclusive, físicas. Após a luta com Alvin, o primeiro a ter o corpo deteriorado pela investida fascista, a viagem terrível de Herman e Sandy para resgatar o órfão Seldon Wishnow traz ao pai uma cicatriz que “[...] se transformou para mim não apenas numa marca deixada pelas condições emergenciais daquela viagem como também um indício do estoicismo enlouquecido de meu pai.” (ROTH, 2015, p. 397). Estoicismo que muito bem define o personagem Herman, mantido muito mais pelo apego aos ideais americanos do que aos valores judaicos. Sua crença nos valores democráticos à americana é muito mais profunda do que qualquer raiz étnica ou religiosa longínqua. Tudo o que quer é ser assimilado, incluído, ser um cidadão americano comum, mas paga um preço alto pela visão romântica “manchada” pelo forte traço estrangeiro e judeu.

Seldon Wishnow, da idade do narrador, é o personagem que serve de contraponto a Alvin e mesmo a todos os outros, pois expressa a inocência sem mácula. Ele sempre gerara asco no narrador, o que demonstra que não havia, naquele momento, uma comunidade judaica coesa, homogênea, mesmo entre os habitantes de um cortiço americano. O narrador sempre fizera de tudo para manter Seldon longe de si, tendo sugerido à tia Evelyn, no gabinete da AAA, que enviasse a família Wishnow para o Kentucky. Com a consumação da remessa compulsória de famílias judaicas para o programa de “integração” e o assassinato da mãe de Seldon, o narrador sente-se culpado.

A busca pela confirmação do que presume serem os valores autênticos, sólidos e imutáveis num mundo provido de inautenticidade e de fundamentos flexíveis (para usar uma palavra da moda) é o preço pago pelos personagens Herman e Bess, que interpretam os discursos e mitos fundadores da América como verdades incontestes. Eles buscam a todo custo, ainda que a distância, uma comunhão com a sociedade americana considerada autêntica, da qual fazem parte como seres marginais, pois os valores desse mundo são o individualismo, o oportunismo, a xenofobia, sob a superfície

da igualdade, da convivência democrática e da liberdade, que, acredito, o romance de algum modo desvela.

Para finalizar, vale pontuar que o projeto ético de Roth reproduz uma moral que não chega a ser de esquerda, mas também não é de direita. Um ideal democrata, com as contradições do mundo e da visão de mundo impostas pela sociedade, a abater seus personagens, ainda que não de modo radical. É como se fossem forçados a admitir que não estão no paraíso que acreditavam ser seu lar, mesmo vivendo uma vida difícil de pobres quase relegados a um gueto. De qualquer modo, após o episódio traumático, aprendem que seus sentimentos de assimilados são frágeis como os valores democráticos que sustentam a nação, revivificados a cada pronunciamento público de líderes de qualquer lado, que falam sempre “em nome” desses ideais.

Apesar da estratégia de subversão dos fatos históricos, *Complô contra a América* é um romance realista, no sentido explicado por Roland Barthes: “Para que haja realismo (no sentido literário da palavra), é preciso que a narrativa tenha dois elementos pertinentes: por um lado, uma imitação reforçada do ‘real’ (obtida pela abundância de descrições e pela crueza dos ‘detalhes’); por outro lado, a disposição de relações sociais diferenciadas (...)”. (BARTHES, 2004, p.202). O modo como as relações sociais são apresentadas por Roth está sempre atravessado pelo grande tema do livro e é coerente, de acordo com o projeto estético do romancista, orientado para a discussão da democracia estadunidense, das decisões políticas, do sentimento de nacionalidade e suas consequências na vida de cidadãos comuns.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Émile Cardoso; SANTOS, Michelle dos. Histórias que não foram, que vieram e que poderiam ser: uma leitura de dois romances americanos. In: ANAIS do VI Congresso Latino Americano de Compreensão Leitora – Jaime Cerrón Palomino. 4-6 de setembro de 2013, Universidade Estadual de Goiás. Disponível em: <http://www.anais.ueg.br/index.php/ConLaCol/article/view/2597> Acesso em 22 de dezembro de 2017.

AUSTER, Paul. *Leviatã*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BARTHES, Roland. *Inéditos*, vol. 4 – política. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Roland Barthes).

BARTHES, Roland. *Inéditos*, vol. 2 – crítica. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção Roland Barthes).

BELLOW, Saul. *Tudo faz sentido* – do passado obscuro ao futuro incerto. Trad. Rubens Figueiredo. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DORNELES, Vanderlei. A nação eleita: a ideologia do messianismo americano como um sistema da cultura. *ANAIS Intercom* – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos/SP, 29 de agosto a 02 de setembro de 2007. Disponível em: Acesso em: 26 de dezembro de 2017.

GAVIÃO, Leandro. Resenha da obra ‘O ódio à democracia’. *Revista de História, USP*, n. 173, jul./dez. 2015. p. 497-503. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/98812/97372> acesso em 22 de dezembro de 2017.

GIORDANO, Alberto. *El giro autobiográfico de la literatura argentina actual*. Buenos Aires: Mansalva, 2008.

GALUPO, Scott. Donald Trump and The Plot Against America. *The Week Magazine*, January 4, 2017. Disponível em: <http://theweek.com/articles/670634/donald-trump-plot-against-america> Acesso em 23 de dezembro de 2017.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

MÉSZÁROS, István. Introdução. In: *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

OBAMA, Barack. President Obama Farewell Address. *The New York Times*, Politics, January 10th, 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/01/10/us/politics/obama-farewell-address-speech.html> Acesso em 29 de dezembro de 2017.

ORWELL, George. *Literatura e Política: jornalismo em tempos de guerra*. Trad. Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2006.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. O efeito de realidade e a política da ficção. Trad. Carolina Santos. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, 86, março de 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100004 Acesso em: 12 de outubro de 2017. p. 75-90.

_____. As desventuras do pensamento crítico. In: CARDOSO, Rui Mota (Coord.). *Política. Agamben, Marramao, Rancière, Slotedijk. Crítica do Contemporâneo – Conferências Internacionais Serralves*. Trad. Luísa Yokochi. Porto: Fundação Serralves, 2007.

ROTH, Philip. *Complô contra a América*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.

_____. *The Plot Against America*. London: Vintage Books, 2004.

SANTOS, Thiago Oliveira. *Theystyleofour age: estudo sobre três romances americanos contemporâneos*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2017.

SINAY, Isadora Goldberg. Identidade e Alteridade em “Foco” de Arthur Miller. *Revista Último Andar – Cadernos de Pesquisa em Ciências da Religião*, PUC-SP, n. 30, 2017. p. 88-104. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/34813> Acesso em 26 de dezembro de 2017.

Abstract

“We chose liberty!” – democracy and moral responsibility in *The Plot Against America*, by Phillip Roth

*The novel *The Plot Against America* (2004), from the contemporary north-American writer Philip Roth, is studied here from the relations between the democratic ideals established by the official discourse on America as a nation and its fundamental values of equality and individual freedom as comprehended inside a Jewish and poor Family of Newark in the 1940's beginnings in a time of instability imagined by the novelist through the construction of a “contrafactualchronotope” (cf. ANDRADE; SANTOS, 2013) asking what could have happened to the American Jews if Roosevelt had lost the 1940's elections. The hypothesis is conducted by Jacques Rancière, in the sense he proposes the analysis of the term democracy, which has been perverted by people of most various ideological positions, what is confirmed by Roth in the mentioned novel. We also try to recognize the contribution of Roland Barthes to the questions of Literature and Politics, among other authors. The moral responsibility theme has been approached in a way to pick up the ethos of the main characters face to the changes provoked by the frightful circumstances presented by fiction in a close link to the writer's ethic and aesthetic Project.*

Keywords: North American Literature; Politics; History.